

Relatoria Andanças do Patrimônio

Cidade: Aracaju

Data: 20/10/2025

Local da realização da atividade: Biblioteca Pública Epiphanio Dória

Relator (es): Jônatas Souza Medeiros da Silva; José Augusto do Nascimento Júnior; Clara Eugênia Barretto de Carvalho e Vitor José Oliveira de Castro.

Observação: após a conclusão da escuta, encaminhar a relatoria para:
snpc@iphan.gov.br

Eixo 1 - Tecendo redes e fortalecendo territórios: a institucionalização do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural a partir da gestão participativa e compartilhada	
Desafios	Oportunidades
Ausência do estreitamento entre o público Distanciamento do povo de sua cultura devido a gestão vertical Desconhecimento da história e cultura do município e estado de parte da gestão publica	Estreitamento da importância das ações públicas entre gestão e sociedade civil: palestras que apresentam as políticas públicas culturais / patrimoniais apresentações,
Ausência de destaque da cultura da gestão municipal com o seu pensamento em outras secretarias Ausência de conselhos municipais de cultura ativos e fundos municipais de cultura Necessidade democratização da cultura	Reverencia a cultura a partir do turismo Realização de escuta publica com a comunidade
Necessidade formação/capacitação de uma equipe técnica no campo da cultura e do patrimônio Retomar o comitê gestor do patrimônio mundial Recursos para o fomento de ações culturais	Ciclos formativos tanto para comunidade quanto para equipe técnica Elaboração de planos de gestão de cultura e inventários participativos
Necessidade de capacitação e divulgação da comunidade pelos	

gestores públicos (municipal, estadual e federal) Atuação participativa das instituições públicas de cultura junto a sociedade civil	
Ausência de recursos para atender ao público-alvo (mestres e gestores culturais)	Construção de política pública de cultura efetivo junto dos agentes de cultura
Má formação dos conselhos de cultura	Apoio institucional da união nas ações voltadas a conservação patrimônio cultural nos municípios
Falta de proteção institucional de bens culturais nas instâncias municipal, estadual e federal	
Morosidade do sistema público na atuação de proteção do patrimônio	
Carência de espaços de diálogo entre agentes de cultura (gestores públicos, detentores coletivos e sociedade civil)	
Melhorias do sistema de participativo da cultura	
Ausência de espaços culturais comunitários para realização de manifestações culturais	
Falta de reconhecimento institucional do patrimônio cultural e seus detentores pelo poder publico	
Burocratização dos editais de cultura para facilitação do acesso dos artistas	Realização de levantamento e cadastro dos artistas em suas áreas de atuação

Eixo 2 - Patrimônio Cultural para e pelo povo: representatividade, acessibilidade, equidade e democratização	
Desafios	Oportunidades
Poucos detentores e com idade avançada. Afastamento entre conselhos e poder público, no momento de criar legislação.	Estudo obrigatório da história do município nas escolas, para incentivar o pertencimento dos grupos. Levar os fazedores de culturas às comunidades, para dar continuidade as tradições. Participação do governo
Falta de participação de grupos em momentos de diálogos.	Ver patrimônio como área transdisciplinar, agregados a outras disciplinas na educação formal desde a educação básica ao ensino superior.
	Política anticapacitista
Falta de valorização estadual dos agentes locais.	Equipes técnicas capacitadas no poder público. Mapear os grupos e espaços culturais do estado e por município.
Pouco efetivo do poder público para cultura	
Falta de recurso didático acessível para trabalhar a cultura e história dos municípios.	Grupos juvenis e infantis de manifestações culturais.
Descontinuidade de políticas públicas devido a alteração de gestão	Incentivo do poder público à prática de manifestações culturais
Surgimento de modalidades desportivas com desvalorização das manifestações tradicionais.	
Pouco incentivo monetário e participação (convite) de grupos locais em oposição aos artistas de “fora”, em eventos culturais.	

Falta de acesso a divulgação de editais	Uso de recursos para ações mais efetivas do que apenas eventos.
Eixo 3 - Fazendo a roda do patrimônio girar: Fomento, Economia do Patrimônio, Trabalho, Renda e Sustentabilidade	
Desafios	Oportunidades
Conscientização e capacitação da comunidade para fomentar o patrimônio economicamente de maneira sustentável	Estruturação de consórcios com os municípios articulando os entes federativos
Falta de recursos para manutenção de bens culturais que estão deteriorados	Requalificar os bens culturais para fomento do turismo
Entender a cultura como um fim para outras perspectivas para além do turismo	Fomentar o turismo de base comunitária a partir de construção participativa
Necessidade de fomentar a renda de comunidades tradicionais vulneráveis para sua manutenção no território	

Desafios	Oportunidades
Falta de fornecedor ou empresas regionais que trabalham com materiais recicláveis, para participar de licitações.	Mapear detentores de técnicas construtivas tradicionais.
Contaminação de rios, utilizados para pesca tradicional, por produtos químicos de grandes fazendas.	Uso de mão de obra local – rodízios/ cooperativas.
Custo de materiais ou técnicas convencionais menor do que os tradicionais	Preservação de floresta para compensação de carbono.
Falta de conhecimento da comunidade em relação ao patrimônio local.	Criação de coletivo de profissionais
Desmatamento para a construção de empreendimentos	Valorização da paisagem cultural
Construção de Aracaju, sobre manguezais	Editais para detentores e comunidades de saberes tradicionais.
Falta de demarcação de área de preservação	Ações de educação patrimonial em obras com técnicas construtivas tradicionais.
Enchentes no centro histórico de Laranjeiras/SE, com consequência alterações de edificações pela população. Sem observar normas de preservação.	Escola técnica e oficinas de saberes construtivos tradicionais.
Falta de gestão compartilhada entre entes	Uso de materiais locais.
	Capacitação de Trilheiros.
	Orientação sobre planos de gestão de riscos
	Manual de uso e conservação para patrimônio edificado.
	Incentivo, isenção, planos para áreas de preservação.
	Planos voltados a emergência climática compatibilizando com a preservação do patrimônio.

